

O(S) ESPAÇO(S) PÚBLICO(S) NA CIDADE CAPITALISTA:

da cidade que liberta ao declínio do homem público?

Rafael de Aguiar Arantes¹

RESUMO

Este artigo analisa os usos do(s) espaço(s) público(s) na vida urbana contemporânea, discutindo sua relevância atual e sua capacidade de expressar diversidade e engendrar intersubjetividades. Ele busca dialogar com as perspectivas críticas que surgiram desde meados do século XX, ampliando-se na passagem para o século XXI, sobre a vida pública contemporânea, tentando discutir a validade das teses que indicam a existência de um processo de diluição/restrrição dos espaços públicos. Assim, o presente trabalho perpassa essa discussão, contextualizando o pretense surgimento do espaço público nas cidades modernas e seu processo de diluição e restrição nas cidades contemporâneas. Ao final, baseando-se na literatura existente e nos resultados de uma pesquisa realizada em Salvador, pontua as principais críticas às referidas teses.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço público. Esfera pública. Sociabilidade urbana. Privatização. Segregação.

¹ Professor adjunto do Departamento de Sociologia da UFBA, pesquisador associado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA e pesquisador do núcleo Salvador do INCT/Observatório das Metrópoles

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o(s) espaço(s) público(s) na cidade capitalista, discutindo suas características e sua capacidade de expressar diversidade e intersubjetividade. Mais especificamente, pretende discutir as teses que indicam uma dissolução do espaço público tradicional nas cidades contemporâneas, a partir de uma síntese teórica dessas perspectivas e da análise de trabalhos empíricos sobre a questão.

Desde meados do século XX, um conjunto de publicações vem discutindo as características e as dimensões da vida pública na modernidade. Três grandes obras se tornaram fundamentais nessa discussão, *A Condição Humana* [1958]² de Hannah Arendt, *Mudança Estrutural da Esfera Pública* [1962] de Jürgen Habermas e *O Declínio do Homem Público* [1974] de Richard Sennett. Em todas elas, de maneira mais ou menos direta, a condição urbana aparece como um fenômeno atrelado à dimensão pública da vida social, de modo que a cidade aparece como um lugar onde, em algum momento histórico, na antiguidade ou nos primeiros séculos da modernidade, se constituiu determinada esfera ou cultura pública. Essa compreensão se associa a de outros autores que, tendo escrito anteriormente sobre as cidades modernas como Max Weber [1921] e Louis Wirth [1938], identificaram características que foram apropriadas pelos debates sobre o público e o espaço público.

Tais discussões sobre a vida pública das cidades se aprofundam com as transformações ocorridas na passagem para o século XXI. Ainda que relativamente recentes duas obras já se tornaram “clássicas” sobre essas questões, *Cidade de Quartzos* [1991] de Mike Davis e *Cidade de Muros* [2000] de Tereza Caldeira. Além delas, outros tantos trabalhos vêm debatendo essas questões (DUHAU, 2001, MONGIN, 2009, NETTO, 2012). Em conjunto, eles apontam para o desaparecimento ou restrição do espaço público clássico.

² Quando usados, os colchetes apresentam os anos da publicação original das obras consideradas clássicas. Os parêntesis, por sua vez, apresentam a publicação consultada.

Tal literatura tem afirmado que uma das características fundamentais das cidades contemporâneas é o seu processo de privatização e segregação, o que impacta diretamente a vida pública e o uso dos espaços públicos.

Apesar de influentes, essas teses têm sido questionadas por diversos motivos, desde a existência concreta desse ideal de espaço público até os processos de transformação e deslocamentos observados nesses espaços nos últimos anos, o que obrigaria a pensar em outro modelo de espaço público e não no seu desaparecimento ou restrição. Isso é particularmente verdadeiro em países de urbanização periférica, onde dificilmente se pode apontar a existência de um espaço público aberto e plural em algum período histórico (SALCEDO, 2002; RAMÍREZ-KURI, 2008; LEITE, 2008; ANDRADE E BAPTISTA, 2013).

Assim, o presente trabalho perpassa essa discussão, contextualizando o pretenso surgimento do espaço público nas cidades modernas e capitalistas e o seu processo de diluição e restrição nas cidades contemporâneas. Por fim, baseando-se na literatura existente e nos resultados de uma pesquisa realizada na cidade do Salvador sobre os usos dos espaços públicos e os padrões de sociabilidade erigidos nesses espaços, o artigo pontua as principais críticas e considerações às referidas teses.

2. A cidade moderna e o surgimento da esfera/cultura/geografia pública

A cidade moderna emerge da cidade comercial, artesanal e bancária característica do mundo medieval. Antes mesmo da industrialização, que impulsionou o seu crescimento, a cidade já era uma poderosa realidade, centro da vida social e política. Suporte das comunidades e da libertação dos camponeses, como diz o conhecido ditado medieval alemão “os ares da cidade libertam”, elas representavam, segundo Lefebvre (2008), uma obra humana, uma festa, ou seja, um espaço de sociabilidade. Eram também um espaço político, pois, como descreveu Weber (1979), a comunidade urbana nascente envolvia um caráter de associação cujo elemento central se vinculava à participação na vida pública.

Na transição da cidade feudal para a modernidade capitalista, esse caráter associativo descrito por Weber se consolida na forma de uma ampla rede horizontal de dependências econômicas que não se deixavam mais ordenar pelas relações verticais do sistema feudal, o que Jürgen Habermas (2003) denominou de “esfera pública burguesa”. A cidade capitalista moderna se converteu no centro vital da sociedade burguesa, palco de conversações sociais e críticas políticas. Segundo o autor, neste período a política medieval concentrada exclusivamente na corte do príncipe perde força e tem origem um movimento de separação do Estado e da sociedade, com a institucionalização do primeiro, que passa a ter funcionamento regular na forma de aparelho³. Nesse contexto, surge a sociedade civil burguesa como contrapeso a esta autoridade, que se afirmava na política mercantilista principalmente através dos impostos.

Na esfera pública burguesa, as atividades e relações de dependência saem do limiar do mundo privado tradicional, a vida doméstica, se configurando num espaço intermediário entre esse terreno e a esfera propriamente pública do Estado. Para Habermas, no pleno desenvolvimento dessa esfera, por volta do século XVIII, o público burguês se configura como “aquele fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública” (HABERMAS, 2003, p. 40). Os papéis privados (de donos de mercadorias e chefes de família), assim como ocorrera na Grécia

³ Segundo Hannah Arendt [1959], a oposição entre público e privado tem sua origem na Grécia antiga. Para a cultura helênica, o privado era o espaço da casa (*oikia*) e da família; reino da necessidade, onde os homens viviam juntos para satisfazer suas necessidades vitais através do *labor* – conjunto de atividades básicas para manutenção da vida. Nesse espaço, o homem era um animal social, detentor de propriedade e de vidas (da família e de escravos) e que exercia o poder de violência engendrando relações de desigualdade. A esfera privada era entendida como uma privação; a limitação de ser ouvido e visto por outros homens e tentar realizar algo mais permanente, ou seja, que ganhasse publicidade. A esfera pública, por sua vez, era o espaço da polis, da cidade e da política. Nela, tem origem a segunda vida do homem, a vida política (*Bio Politikos*), considerada a vida boa, aquela que supera o reino da necessidade tornando o homem um animal político (o *Zoon Politikon* de Aristóteles). A esfera da polis constituía o espaço dos negócios humanos por excelência, a busca da virtude (*Arete*), através da ação (*práxis*) e do discurso (*lexis*). Nela, os homens superam a violência e a dominação, conquistando igualdade e liberdade. Na modernidade, a relação entre estas duas esferas se reconfigura, assumindo novas conotações e consequências distintas. Para esta autora, como se verá melhor mais adiante, na modernidade nunca houve uma real separação entre esfera privada e esfera pública, que se desenvolveu colonizada pelas características dos negócios privados (ARENDDT, 2008). Habermas (2003), por sua vez, tem uma interpretação distinta, como se poderá ver ao longo desta exposição.

Antiga, eram o fundamento desta esfera pública. No entanto, distintamente da esfera pública dos antigos, a moderna se deslocou das atividades políticas para as tarefas civis de uma sociedade que debate publicamente (para garantir a troca de mercadorias). Esta esfera é um espaço da regulamentação da sociedade civil, por oposição à *res publica*.

Diferentemente de Hannah Arendt, para quem a esfera pública é por excelência o espaço onde a condição humana da pluralidade se expressa sem vínculos com outras atividades como o *labor* e o *trabalho*, que deveriam ficar na esfera da vida privada, Habermas vê o tipo de esfera pública moderna como intrinsecamente vinculada à burguesia e aos seus interesses privados. Segundo ele, ao contrário da esfera pública grega, a esfera pública burguesa tem desde o começo um “caráter privado e polêmico” (HABERMAS, 2003, p. 69).

Isto, no entanto, não anula o fato de que, para Habermas, a esfera pública burguesa é por excelência um espaço do discurso e da opinião, ou seja, do uso público da razão. Nessa esfera, formada pelos burgueses cultos, desenvolve-se um público consumidor de informações, que têm na imprensa um elemento fundamental. Aquilo que se submete ao público é publicizado, de modo que o público leitor se converte em um público que julga as produções literárias e artísticas e a própria política.

Nesse contexto, duas instituições se configuram como estruturas sociais centrais da esfera pública burguesa, a cidade e a corte. É nos cafés (que tiveram seu período áureo entre os anos de 1680 e 1730) e nos salões que se desenvolve por excelência o uso público da razão. Nesses lugares havia alguma paridade entre a aristocracia e a intelectualidade burguesa, pois no mesmo espaço circulavam filhos de príncipes, condes, marceneiros e relojoeiros, por exemplo. Ademais, nesses contextos a opinião se emancipa dos liames da dependência econômica. A sociabilidade da esfera pública burguesa pressupunha igualdade de status e polidez, pois o argumento poderia afirmar-se contra a hierarquia social. As leis do mercado e do Estado ficavam suspensas de modo que, embora esses fundamentos de igualdade não

tenham se concretizado plenamente, funcionaram com certa eficácia, pelo menos como uma ética deste padrão de interação (HABERMAS, 2003).

Habermas narra um período em que o capitalismo revolucionava as bases do sistema feudal e do Antigo Regime. A cidade era o espaço onde isso ocorria, especialmente através da criação de esferas de compartilhamento de opiniões, debates, críticas e julgamentos. Claro está que, como o próprio autor enfatiza, esse público que engendrou um processo vivo de iluminismo era ainda bastante restrito, pois se compunha basicamente de burgueses citadinos cultos. Segundo o autor, esse modelo de esfera pública burguesa tem sua hegemonia por volta de 1750. Depois disso, o público se emancipa dos espaços dos cafés e salões, sendo mantido pela imprensa e pela crítica profissional até o final do século XIX, quando se opera uma transformação profunda nessas relações, conforme se verá mais adiante.

Através de uma análise sobre a sociabilidade urbana, Richard Sennett (1988) chega a observações semelhantes no que concerne à relevância do público nas cidades capitalistas do século XVIII. De acordo com o autor, foi durante este século (especialmente nas capitais mundiais, Londres e Paris) que surgiu uma cultura pública burguesa, durante a fase de declínio do Antigo Regime e desenvolvimento comercial do capitalismo sob influência dos ideais iluministas. O próprio conceito de público, em termos linguísticos, tem aí o seu pleno desenvolvimento. Em inglês a ideia de público associava uma compreensão de bem comum atrelada à perspectiva de abertura à observação geral; em francês esteve vinculada aos ideais do corpo político com uma ênfase na sociabilidade (SENNETT, 1988). Também em alemão o termo público é formado neste período por analogia aos termos *publicité* em francês e *publicity* em inglês (HABERMAS, 2003).

Segundo Sennett (1988), nesse momento do Antigo Regime, embora permanecessem alguns privilégios feudais, as sociedades francesas e inglesas já eram marcadas por uma burguesia de tipo comercial, além de todo o aparato burocrático e administrativo. As capitais

eram o lócus da burguesia, que, sendo cada vez mais formada por estranhos, não se reconhecia pelas suas origens, títulos e/ou profissões tradicionais. Esse foi um primeiro elemento central que contribuiu para a conformação do que chamou de vida pública do Antigo Regime, a heterogeneidade social das cidades modernas. Abrigando muitos estranhos mantendo contatos, as cidades do século XVIII criaram regras de conduta e novos padrões de interação que embasaram esse novo modelo de sociabilidade, fazendo surgir uma vida pública.

Dessa maneira, “público” veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos; na região pública, grupos sociais complexos e díspares teriam que entrar em contato inelutavelmente. E o centro da vida pública era a capital. [...] Foi a época da construção de grandes parques urbanos, das primeiras tentativas de se abrir ruas adequadas à finalidade precípua de passeio de pedestres, como uma forma de lazer. Foi a época em que cafês (*coffehouses*) e mais tarde bares (*cafés*) e estalagens para parada de diligências tornaram-se centros sociais; época em que o teatro e a ópera se abriram para um grande público [...] até mesmo as classes laboriosas começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidade, como passeios em parque, antes terrenos exclusivos da elite, caminhando por seus jardins privativos ou “promovendo” uma noite no teatro. (SENNETT, 1988, p. 32)

O novo modelo de sociabilidade desta vida pública possuía padrões de interação muito específicos. Os cidadãos iam a público para se apresentar, expondo seus corpos, suas roupas, produzindo discursos e engendrando tipos diversos de tagarelices (SENNETT, 1998, p. 83). A vida pública passou a ser baseada em cortesias, que pela sua própria condição eliminavam as menções à vida pessoal como um primeiro meio de contato entre estranhos. Os códigos de credibilidade se baseavam na premissa de que em público deveria ser apresentado um ser social, sua fundamentação como parte de um grupo. Neste domínio, o corpo era um veículo das convenções sociais e a sociedade era um *theatrum mundi*. As interações operavam através de disfarces e máscaras, expressões teatrais que colocavam no centro a experiência pública compartilhada naquele momento. As máscaras permitiam a “sociabilidade pura, separada das

circunstâncias do poder, do mal-estar e do sentimento privado daqueles que a usam” (SENNETT, 1988, p. 323).

Para Sennett, este período marcou o início da demarcação entre público e privado. O privado era o reino da natureza, da família, do cuidado com as crianças, onde se podia utilizar roupas à vontade, sem a ênfase na apresentação de qualquer convenção pública. O público, por sua vez, era o espaço da vida social, da cultura, da formação do próprio homem enquanto um ser de tipo diferente. O público era o lócus da expressão do homem enquanto um ator que necessita de uma sociabilidade compartilhada: “diversão, tolerância cínica, prazer na companhia de outros amigos” (SENNETT, 1988, p. 142). Para o autor, o domínio público, porque pautado na impessoalidade, conformou a civilidade: “atividade que protege as pessoas uma das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia uma das outras” (SENNETT, 1988, p. 323). A *res publica*, portanto, “[...] representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associações íntimas” (ibid., p.16)⁴.

Mesmo definindo os elementos público e privado de maneiras distintas, esta ideia de civilidade se assemelha ao que Hannah Arendt (2008) definiu como esfera pública, ainda que esta autora provavelmente não tivesse concordância sobre a sua efetivação em qualquer período moderno⁵. De todo modo, Arendt considera que a esfera pública é o lócus por excelência da própria condição humana; onde o ser humano pode se revelar por meio da ação e do discurso. Através da revelação das suas singularidades, os homens realizam a dimensão humana da pluralidade e do entendimento, o que só pode ocorrer no gozo da própria convivência com outros homens. Para que isto ocorra, é necessário que os homens

⁴ Neste caso, a *res publica* não tem a conotação institucional que assume em Habermas.

⁵ A definição de Hannah Arendt de espaço público, pela profunda influência das categorias gregas, foi bastante criticada pela sua normatividade, conforme salienta Habermas: “Esse modelo de esfera pública helênica, tal como ele nos foi estilizadamente transmitido pela interpretação que os gregos deram de si mesmos, partilha, desde a Renascença, como todo o assim chamado ‘clássico’, de autêntica força normativa – até nossos dias. [...] Por último em H. Arendt” (HABERMAS, 2003, p. 62 [...] Ibid, p. 291 – Notas ao texto)

compartilhem um mundo que é “comum a todos nós” (ARENDR, 2008, p. 62). No espaço público, portanto, as pessoas ocupam espaços diferentes, veem e ouvem de ângulos distintos, mas compartilham o interesse por um mesmo objeto, um mundo que é comum. Conforme salienta a autora, “a esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer” (ARENDR, 2008, p. 62).

Baseados nessas interpretações e em outras mais antigas como as de Louis Wirth [1938]⁶, os trabalhos contemporâneos passaram a se apoiar na ideia de que a cidade moderna em seus primórdios se configurou como o *locus* por excelência da constituição do espaço público pois se baseava na vivência da heterogeneidade e da diversidade urbana. Por isso, a cidade é associada ao surgimento do cosmopolitismo, da civilidade, da tolerância às diferenças e de ideias importantes como as de urbanidade e *civitas*, cidadania e até de democracia, elementos associados aos ideais modernos sobre a *Res Pública* (DUHAU, 2001, GOMES, 2008, MONGIN, 2009, NETTO, 2012). Reconhecendo essas características como típicas da cidade moderna, a literatura contemporânea, em geral, identifica tendências conflitantes e opostas nas dimensões da vida urbana atual.

3. O declínio do homem público

Os mesmos autores que apontaram o surgimento da esfera pública nas cidades modernas localizaram no processo de industrialização o início da desestruturação desse modelo societal, talvez motivados pela ideia de que a partir desse período a burguesia consolida o seu poder e o capitalismo deixa de ser um sistema propriamente transformador, como tinha sido em sua luta contra o feudalismo e o absolutismo.

⁶ Em suas análises sobre as cidades modernas, Louis Wirth (1979) destacou o que considerou seus elementos principais, entre eles a heterogeneidade social, o cosmopolitismo e o senso de tolerância para com os diferentes, dimensões centrais do próprio conceito de espaço público.

Segundo Lefebvre (2008), as cidades foram reconfiguradas pela industrialização, que produziu um choque violento com a realidade urbana anteriormente existente. Na sua clássica expressão, a generalização da lógica da mercadoria, o valor de troca, passa a se impor sobre o valor de uso da realidade urbana, suplantando as lógicas da cidade enquanto uma obra humana, uma festa, locus de encontros e sociabilidade.

Jürgen Habermas (2003) localiza no século XIX o que chamou de mudança estrutural da esfera pública burguesa, alterada principalmente pela interpenetração progressiva da esfera pública e do setor privado. Com uma leitura focada especialmente na dimensão política, Habermas observa como nesse período se originou uma tendência de ampliação das funções do Estado e uma transferência das competências desse ente para entidades privadas, destruindo a separação liberal clara entre esfera pública e esfera privada, o que chamou de “socialização do Estado” e “estatização da sociedade”, dando origem a uma esfera social repolitizada que foge desta distinção tradicional.

Para Habermas, o Estado adquire novas funções e as instituições estatais e sociais (criadas pelas famílias e pela sociedade civil burguesa) não se encontram mais restritas apenas à esfera privada ou à pública. Nesse contexto a própria esfera pública burguesa é impactada pela massificação da sociedade e pela penetração das leis de mercado. O uso público da razão dá lugar às atividades de consumo. As instituições que se constituíam como estruturas sociais daquele modelo de esfera pública são abaladas, de modo que a família perde seu papel como espaço privado de circulação de informações, o salão burguês se torna *démodé* e o convívio social se realiza de maneira massificada, sem intermediação do raciocínio literário e político. As leis de mercado se tornam imanentes às obras literárias e de arte em geral, fazendo surgir a indústria cultural e a cultura de massa. O mercado artístico se volta para produtos que promovem distração e diversão, perdendo seu caráter político. Para Habermas, o público no

final do século XIX sai de uma condição de público pensador de cultura para uma condição de público consumidor de cultura.

Hannah Arendt (2008) tem uma compreensão semelhante no que tange à diluição entre as esferas pública e privada. No entanto, em seu pensamento isto é uma característica da própria modernidade, uma vez que o mundo moderno deu uma dimensão econômica e não política à liberdade. Para ela, a política e o público se resumiram à satisfação de necessidades (elemento fundante do mundo privado para a autora) e o Estado assumiu o uso da força e da violência, diferentemente da esfera pública grega onde a persuasão era o elemento central das práticas. Isso culminou com desenvolvimento de uma nova esfera, chamada de “o social”, baseada no conformismo, na massificação e na normalização do comportamento. Em sua análise, a sociedade moderna se constituiu em torno do *labor* (da satisfação das necessidades vitais) e das posições sociais derivadas deste processo (as classes sociais), perdendo as virtudes da ação e do discurso e a capacidade de expressão da singularidade que dá origem à pluralidade humana, ou seja, suprimindo o espaço público. Assim, a riqueza privada se tornou condição para alcançar o público e a vida privada se tornou a única preocupação que sobrou para os homens, que descobriram na intimidade o elemento central de definição da própria humanidade.

Richard Sennett (1988) também chega a conclusões semelhantes sobre a sociabilidade urbana do século XIX, localizando neste período o início do declínio do homem público. Esse processo esteve associado aos impactos do capitalismo industrial sobre Paris e Londres e ao surgimento de novos códigos culturais que se desenvolveram em torno a uma subjetividade radical, impactando sobre a vida pública urbana.

Segundo Sennett (1988), a cultura pública erigida um século antes foi se restringindo em função das transformações do capitalismo industrial: a privatização e o fetiche da mercadoria associado à produção de massa. O consumo de massa aboliu a teatralidade, a

utilização formal das máscaras nas interações sociais, transformando o público em uma experiência pessoal, psicológica e passiva, na medida em que ir à público se tornava cada vez mais uma experiência de consumo de mercadorias. Do ponto de vista cultural, emergiu uma ênfase nas aparências como sinais do caráter pessoal, dos sentimentos privados e da individualidade, o que fez surgir uma nova categoria fundada na ideia de personalidade. A sua valorização e a crença cada vez maior de que o mundo privado deveria ser protegido, pois seria o mundo onde as pessoas poderiam ser autênticas e expressar-se livremente, levou ao recuo da expressividade e à busca do resguardo da personalidade em público. A personalidade individual e as impressões que se provocava no outro se tornaram a condição central de como pensar a vida humana. Mesmo os cafés começaram a operar através de regras de silêncio, de ausência de interação.

O silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado. Em meados do século XIX, cresceu em Paris e Londres, e depois em outras capitais ocidentais, um padrão de comportamento diverso daquele conhecido em Londres e Paris um século antes, ou que é atualmente conhecido na maior parte do mundo não ocidental. Cresceu a noção de que estranhos não tinham o direito de se falar, de que todo homem possuía como um direito público um escudo invisível, um direito de ser deixado em paz. O comportamento público era um problema de observação e de participação passiva, um certo tipo de voyeurismo. [...] O conhecimento não seria mais produzido pelo trato social (SENNETT, 1988, p. 43).

Este processo de declínio do homem público, para Sennett, começa com a queda do Antigo Regime, tem prosseguimento com o surgimento de uma cultura urbana secular e capitalista no século XIX, mas somente se expressa plenamente no pós-II Guerra Mundial, quando se dá a maior parte da destruição física do domínio público e se consolida aquilo que ele chamou de *sociedade íntima*, um tipo de cultura que está na base dos processos contemporâneos de privatização da vida urbana, levados a cabo pelas estratégias de fortificação.

De acordo com o referido autor, a centralização da cultura moderna ocidental em torno da ideia de personalidade tem como uma de suas consequências mais visíveis a busca de constituição de *comunidades* de vizinhança⁷. Estas comunidades surgem com um ethos de oposição à cidade, como um espaço onde é possível ter uma experiência humana íntima e local em detrimento da sociabilidade impessoal da cidade ampla, ou seja, “torna-se o território local moralmente sagrado. É a celebração do gueto” (SENNETT, 1988, p. 359).

As tendências de privatização da vida urbana podem ser compreendidas como expressão no território da cidade daquilo que Sennett chamou de “declínio do homem público”, que culminou em “tirantias da intimidade”: um abandono da vida pública, impessoal, um processo marcado por códigos de interação compartilhados, pautado em certas formalidades típicas do que chamou de civilidade em função da valorização de certa vida psíquica, da vigilância, da anulação dos contatos sociais, da homogeneidade, desrespeito e devassamento das privacidades, ou seja, de uma invasão da personalidade sobre o domínio público. Se este processo se desenvolve plenamente desde a segunda metade do século XX, ele tem sido cada vez mais radicalizado com as transformações contemporâneas e seus impactos sobre as cidades, especialmente através da difusão dos *enclaves fortificados*.

Conforme definiu Tereza Caldeira (2000, p. 211), enclaves fortificados são empreendimentos imobiliários que se conformam como “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho”. Tendo como uma de suas principais características a fortificação, esses enclaves constituem uma das mais recentes (e extremadas) estratégias de segregação, na medida em que valorizam o que é privado e restrito; são demarcados e isolados fisicamente por muros e grades; são controlados muitas vezes por guardas armados e avançados sistemas de segurança, que definem as regras de inclusão e exclusão; embora possam se situar em qualquer lugar, impõem uma barreira física e simbólica

⁷ Sennett (1988) utiliza o termo em alemão *Gemeinschaft*, fazendo alusão ao trabalho clássico de Ferdinand Tönnies sobre a relação comunidade/sociedade – *Gemeinschaft/Gesellschaft*.

de apartação em relação ao seu entorno; e, ademais, incentivam a homogeneidade social, valorizando a vivência entre iguais e pessoas seletas (CALDEIRA, 2000).

Esses empreendimentos, bastante lucrativos, dialogam com a tendência de declínio do homem público de diversas maneiras. Do ponto de vista das campanhas publicitárias e dos imaginários urbanos, a justificativa mais difundida para a autosegregação tem sido o crescimento da violência. Segundo Amendola (2000), a violência contribui para explicar o crescimento de “cidades blindadas”, “bolhas” protegidas criadas pelos cidadãos não apenas nas suas casas, mas na sua vida em geral. No entanto, conforme este autor, mais do que a violência, um dos principais elementos organizadores da cidade dita “pós-moderna” é o *medo* da violência. Mesclando violência real com o imaginário social e construção midiática, o medo contribui decisivamente para a constituição de um novo panorama sócio-espacial fundamentado numa arquitetura defensiva.

Bauman (2009) analisa como as cidades contemporâneas se tornaram espaços do medo e da insegurança demonstrando como elas, que paradoxalmente surgiram para dar segurança a seus habitantes, são atualmente associadas ao perigo. Essas reais ou supostas ameaças à integridade engendram estratégias de marketing que se constroem em função do que chamou de “capital do medo”. Por isso, cada vez mais se amplia a demanda pela vida fortificada com segurança e proteção, seja dos crimes, dos pobres, dos indesejáveis ou mesmo uma busca de proteção de privilégios e de propriedades, conforme salientou Caldeira (2000). Analisando a cidade de Los Angeles, Mike Davis (2009, p. 236) critica a “fusão do urbanismo, da arquitetura e do aparato policial num único esforço abrangente de segurança” e adverte para o “efeito fortaleza” que “emerge não como uma inadvertida falha do planejamento, mas como uma estratégia sócio-espacial deliberada” (DAVIS, 20009, p. 241).

Tal “efeito fortificação” parece ser, portanto, uma das mais relevantes características de diversas cidades. A expansão dos shoppings centers e a incorporação de variados enclaves

fortificados, condomínios fechados, empreendimentos multifuncionais, edifícios comerciais e de serviços marcam um modelo de cidade no qual as relações se transplantaram para espaços privatizados onde as pessoas se convertem em usuários (pautados em trajetórias e interesses individuais) mais do que cidadãos, com objetivos e propósitos em comum (DAMMERT, 2013).

Esses fenômenos, segundo esses autores, não apenas expressam o fim de uma “cultura pública” como também impactam de modo deletério sobre ela e o espaço público urbano. Se originalmente os muros e fossos da cidade construíam uma fronteira entre os cidadãos e os estrangeiros, atualmente toda a tecnologia da arquitetura do medo produz uma apartação também entre membros de uma mesma sociedade. O isolamento nos enclaves fortificados é também a expressão de uma *mixofobia* (medo de misturar-se), ou seja, uma negação da heterogeneidade e da diversidade que caracterizam as cidades e, portanto, do espaço público e da sociabilidade interclassista (BAUMAN, 2009).

A rejeição do outro parece se tornar uma das consequências centrais dessa cultura da personalidade e dessas práticas de autossegregação. Torna-se cada vez mais difícil se identificar com pessoas desconhecidas, ainda que compartilhem interesses comuns. Conviver com os estranhos e diferentes se torna penoso, “[...] convertendo a claustrofobia num princípio ético” (SENNETT, 1988, p. 378). A fuga das interações e dos espaços heterogêneos (ou seja, da própria cidade em direção às comunidades) destrói a própria essência da urbanidade, qual seja, “que os homens podem agir juntos sem a compulsão de serem os mesmos” (SENNETT, 1988, p. 318).

Em termos propriamente espaciais, Davis (2009) considera que essa cruzada por segurança na cidade tem como consequência também a desvalorização e a destruição do espaço público acessível, o que se torna visível através do próprio termo pejorativo “morador de rua”. A reconstrução urbana converteu as ruas em canais de tráfego, eliminando o pedestre,

e transformou os parques públicos em receptáculos dos sem-teto e miseráveis. A valorização crescente do automóvel e da mobilidade por ele propiciada transforma as ruas e outros espaços públicos em espécies de “túneis”, nos quais as camadas de média e alta renda tendem a circular nos seus “carros cápsulas” (DUHAU, 2001), transformando os espaços da cidade em espaços de passagem onde a suspeição e o medo do outro centralizam as experiências de interação social e a vivência da heterogeneidade. Para Davis (2009), isso contribui para a destruição da própria ideia de liberdade associada à cidade.

Segundo Caldeira (2000), a esfera pública da cidade moderna cede espaço a um novo modelo assentado na tensão, separação, discriminação e suspeição, no qual são reafirmados hierarquias e privilégios sociais. Segundo sua interpretação, a experiência moderna de vida pública se fundamentou em alguns elementos básicos, que têm sido subvertidos pelo referido modelo, tais como:

[...] a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições) (CALDEIRA, 2000, p. 303).

Esse efeito fortificação é uma resposta a uma verdadeira crise do espaço público, especialmente presente em metrópoles periféricas como as latino-americanas, ao mesmo tempo em que contribui para a crise seja enfrentada a partir do que Duhau (2001, p. 57-58, livre tradução) chamou de “balcanização” ou “feudalização” da gestão urbana: um “pseudo comunitarismo defensivo (às vezes, muito agressivo)” que engendra uma “condominização da cidade” muito comum aos grupos médios e altos. Por outro lado, segundo o autor, tomando como referência a realidade da Cidade do México, as camadas populares,

usam intensivamente o espaço público tradicional colonizando-o através de suas práticas econômicas, de mobilidade, de consumo e recreação [e] impõe sobre ele sua própria estética, marcada pela ausência de uma cultura cívica que permita assumir o público como próprio e ao mesmo tempo de todos e, por conseguinte, como algo que deve ser respeitado e cuidado (DUHAU, 2001, p. 62, livre tradução).

Segundo Serpa (2007), num período em que o espaço público é desvalorizado, mesmo os espaços de uso coletivo que foram construídos nos últimos anos em diversas cidades não possuem uma dimensão amplamente pública, na medida em que sua acessibilidade espacial, social e simbólica é bastante restrita. Na prática, eles foram incorporados à lógica da “espetacularização” dos espaços, construindo-se enquanto lugares do consumo e locais a serem consumidos. Para o autor, as cidades têm sido reinventadas para se converterem em “festa-mercadoria”, espetáculos organizados para atração de capitais, especialmente das atividades de entretenimento e turísticas.

Em livro recente, Richard Sennett (2018) retoma alguns temas relativos aos espaços públicos e à vida urbana, especialmente nas cidades contemporâneas. Tendo como objetivo principal enquanto urbanista propor uma “ética para uma cidade aberta”, ele constrói uma disjunção analítica entre, de um lado, a cidade como lugar físico, ambiente construído, a *ville*, e, de outro, como uma mentalidade formada de percepções, comportamentos e crenças, a *cit e*. Embora para o autor *ville* e *cit e* apresentem contradições, arestas e assimetrias entre si (descontinuidades e tensões entre o fazer e o habitar, o vivido e o construído), muitas vezes as duas caminharam para a conformação de cidades fechadas.

Nas cidades contemporâneas, especialmente nos países do Sul global como China, Índia, Brasil, México e nos países da África Central, mas não apenas, a *ville* vem sendo construída de maneira cada vez mais padronizada, através de formas urbanas que impedem as experimentações e enfatizam a autossuficiência, não estando, assim, abertas às influências e interações externas. Os enclaves fortificados analisados por Caldeira (2000) se encaixam bem

nessa descrição, mas o autor destaca outras construções como complexos comerciais, campi universitários e torres residenciais.

Por sua vez, o fechamento se expressa também na *cit *, não “simplesmente como uma manifesta o de poder esmagando o povo” (SENNETT, 2018, p. 22), mas também devido a questões valorativas que engendram o medo dos outros e a incapacidade de lidar com a complexidade e a imprevisibilidade da vida urbana. A incapacidade de se abrir na vida pode envolver o “preconceito populista raivoso” ou o “sorriso condescendente de suposta superioridade moral de uma elite” (SENNETT, 2018, p. 22). Seja através de uma fuga dos diferentes ou do seu isolamento, a rejei o   alteridade e o “peso do outro” têm se tornado uma característica importante da experiência urbana contemporânea, dimensão expressa tanto numa reunião do grupo PEGIDA⁸ em Dresden na Alemanha, que em 2015 levou 18 mil pessoas às ruas, ou nas tensões entre judeus e mu çumanos no bairro de Saffron Hill em Londres. Assim, “a *cit * fechada   tanto um problema de valores quanto de economia política” (SENNETT, 2018, p. 22).

Para Sennett (2018), a cidade contemporânea se “empobrece” ao negar as possibilidades de um espaço público mais aberto e plural:

Em termos  ticos, uma cidade aberta naturalmente toleraria as diferenças e promoveria a igualdade; mais especificamente, porém, ela liberaria da camisa de foz do fixo e do familiar, criando um terreno para a experimenta o e a expansão das experiências” (SENNETT, 2018, p. 20)

Tudo isso implica no fato de que “[...] o espaço público vivido por grupos diferentes não cumpre o papel assignado teoricamente como lugar predominantemente integrador, protetor dos direitos cidadãos, provedor de bem-estar e gerador de práticas democráticas”, como destacou Ramírez-Kuri (2008, p. 124, livre tradu o).

⁸ Em alemão PEGIDA significa “Europeus Patri ticos contra a Islamiza o do Ocidente” (SENNETT, 2018, p. 141).

Como se observa, esse processo complexo de transformação dos espaços públicos vem sendo compreendido como um declínio do homem público (SENNETT, 1988), um esvaziamento da esfera pública tradicional (CALDEIRA, 2000; DAVIS, 2009), uma “condominização da cidade” (DUHAU, 2001), uma “desurbanização da cidade contemporânea” (NETTO, 2012) ou mesmo a “ética de uma cidade fechada” (SENNETT, 2018).

4. O espaço público está morto?

Enquanto muitos autores provenientes das mais diferentes áreas convergem para interpretações que apontam para a desaparecimento ou restrição dos espaços públicos tal como configurados na modernidade, outros têm produzido importantes questionamentos e críticas a essa visão.

Um dos primeiros a criticar as referidas teses, pelo menos na América Latina, foi Rodrigo Salcedo (2002). Numa primeira indagação, ele questiona: o espaço público – conforme descrevem os autores que classificou de “urbanistas pós-modernos”, fazendo referência entre eles a Richard Sennett, Tereza Caldeira e Mike Davis – já existiu em algum período histórico? Para ele nunca as cidades aceitaram a diversidade mais do que o fazem agora. Assim, a consideração de que em algum momento houve um espaço público aberto, plural e heterogêneo é uma mistificação e idealização do passado, desmentida por diversas “verdades” históricas, como a segregação sócio-espacial, a exclusão racial das cidades norte-americanas, etc. Além disso, o espaço público existente atualmente é mais diverso que no passado, pois é aberto a espectros mais amplos de lutas e práticas, como a sua apropriação por minorias raciais e sexuais ou a sua utilização por grupos políticos como os ambientais, entre outros. Segundo o autor também os espaços criados pelo capitalismo contemporâneo, como os shopping centers por exemplo, não são por si só menos autênticos do que os espaços públicos

porque essa avaliação envolveria uma forte influência ideológica e se trataria de ideal normativo sem vínculo com a realidade social. Em síntese, para Salcedo:

[...] Os hipercríticos urbanistas pós-modernos, como uma forma de questionar a cidade e a individualista vida contemporânea, caem na idealização conservadora e na mistificação do passado. Renunciando a suas premissas teóricas de corte materialista, os urbanistas pós-modernos acolhem o idealismo habermasiano convertendo o espaço público da modernidade como um ideal normativo [...] que deve ser adotado acriticamente em qualquer circunstância histórica. (SALCEDO, 2002, s.p., livre tradução)

Para o autor, o espaço público é um ideal, uma promessa, que não foi cumprida pela modernidade. A esfera pública tal como a definiu Habermas seria uma utopia, pois o espaço público, desde a Grécia, passando pelo feudalismo e por diversos momentos do capitalismo, sempre se converteu em uma expressão das relações de poder. Influenciado por Foucault, Salcedo argumenta que o espaço é um lugar onde o poder se expressa e se exerce e, por isso, não faria sentido distinguir entre espaços públicos e espaços semi ou pseudo-públicos, como os shopping centers, pois, de alguma forma, todos eles estão marcadas por tipos de controle, seja do soberano, do Estado ou dos administradores. Em verdade, para o autor, o que importa é compreender como essas relações de poder e, mais, as resistências impostas a ele pelos usuários e consumidores, se expressam em momentos históricos distintos, ou seja, uma análise sobre a dialética que ocorre nos espaços entre os controles hegemônicos e as resistências engendradas.

Para Andrade e Baptista (2013), os espaços públicos seriam definidos por dois elementos, a sua abertura e as interações com estranhos. Os conflitos oriundos da imprevisibilidade gerada por esses espaços terminam por engendrar restrições sociais aos processos de interação neles potencialmente existentes, o que faz com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço público de uma mesma maneira. Para os autores, em vez de indicar restrição ou morte, os conflitos existentes são uma prova da vida

dos espaços públicos contemporâneos. Eles permanecem sendo campos de disputas e lutas sociais. Além disso, continuam os autores, as análises sobre o fim do espaço público são geralmente focadas em um único estrato social, os grupos de alta renda. Ainda que esses grupos tenham tido o poder de definir as mudanças que atingiram as cidades nas últimas décadas, não se pode generalizar suas práticas para os demais grupos pois tais mudanças não obtiveram supremacia a ponto de impor uma única forma de uso dos espaços públicos presentes nas distintas partes da cidade. Com essa crítica, eles insistem em resgatar a complexidade e a diversidade existente dentro do rótulo “espaços públicos”, que são caracterizados por distintos tipos de espaço e de interações e, portanto, não podem ser reduzidos e representados de forma tão homogênea como tem sido feito por algumas análises.

Em função de todas essas considerações, Andrade e Baptista (2013) concluem que na atual conjuntura de lazers globalizados a diversidade de experiências que pode ser identificada nos espaços públicos é tão ampla que exige do pesquisador um cuidado no seu entendimento e distinção. Assim, considerando as pesquisas que realizaram em Belo Horizonte e Lisboa, afirmam que uma visão abrangente dos espaços públicos contraria claramente a tese sobre o seu fim.

Para Leite (2009), o termo espaço público vem sendo utilizado pela literatura contemporânea sempre com adjetivos restritivos, assemelhando-se a uma “literatura da perda” (termo de Ted Kilian, utilizado pelo autor). Frente a tais interpretações, ele busca um novo léxico para a categoria “espaço público” que dê conta da sua complexidade nas cidades contemporâneas. Assim, segundo o autor, “aquele espaço público definido pela modernidade como um espaço cívico de encontro dos iguais – este sim – está morto” (LEITE, 2009, p. 197). Porém, a privatização da vida e as tiranias da intimidade descritas por Sennett (1988) como responsáveis pelo declínio do homem público não aniquilaram as sociabilidades que

asseguram a formação dos espaços públicos; mas, ao contrário, alteraram as suas configurações.

Nesse aspecto, Leite (2009) identifica o surgimento de “espaços públicos intersticiais”, espaços dispersos, zonas de fronteira ou de passagem que expressam marcas corporais, práticas de consumo e a publicização da diferença no curso cotidiano da vida. Seriam as zonas de deslocamento entre as abstenções dos encontros sociais e os lugares identitários fechados, lugares intervalares e por vezes efêmeros onde se reinscrevem as possibilidades do imprevisível. Para o autor, esses “entre-lugares” se tornam “locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e da busca do reconhecimento público da diferença” (LEITE, 2009, p. 199).

A partir de pesquisas na Cidade do México, Patrícia Ramírez-Kuri (2008) identificou tendências contrapostas na construção do público nessa cidade: de um lado, sua diluição, fragmentação e exclusão e, de outro, o ressurgimento de novas formas de relação, comunicação e participação. Para ela, há uma diversidade de espaços públicos que exibem fenômenos discrepantes de sociabilidade e conflito, modernização e massificação, mercantilização e informalidade, inovação, segregação e desigualdade, assim como insegurança, violência e medo. Conforme salienta a autora, o espaço público vivido pelos diferentes grupos não cumpre o seu papel assignado teoricamente como lugar integrador e gerador de práticas democráticas, mas ele permanece como um espaço marcado por disputas e competições, que cruza sociabilidades e formas distintas de comunicação, apresentando como pano de fundo as condições gerais da segregação urbana e da desigualdade social da cidade.

As pesquisas que realizamos em Salvador⁹, uma cidade pobre e periférica do Brasil, apontam para uma direção parecida. Em primeiro lugar, sugerem que tanto em Salvador

⁹ Nos últimos anos realizamos nesta cidade duas grandes pesquisas relativas a este tema, uma sobre o surgimento, características e significados dos condomínios horizontais fechados na Grande Salvador e outra sobre os usos dos espaços públicos em Salvador e os padrões de sociabilidade neles existentes.

quanto nas demais cidades latino-americanas nunca houve um espaço público completamente aberto e plural, associado a práticas de tolerância, civilidade e urbanidade. Durante o período colonial, não havia relações igualitárias e amplas entre os grupos sociais em função da estratificação da sociedade, da escravidão e da dominação senhorial e masculina. Diferentemente das cidades europeias, que se constituíram num contexto de emancipação do sistema feudal e da formação de modelos de sociedade inspirados nos ideais iluministas, liberais e democráticos, Salvador serviu durante muito tempo aos objetivos de organização e controle do território nacional e das estratégias da colonização. Esse “sentido de cidade”, parafraseando Caio Prado Júnior quando se refere ao sentido da colonização brasileira, continua influenciando a sua vida social e urbana. Ao longo de seu processo de modernização Salvador também não logrou garantir condições mais democráticas de vivência cidadina e/ou participação política por conta de fatores tais como o autoritarismo vigente na sociedade e no Estado e a amplitude das desigualdades sócio-espaciais, com um destacado processo de segregação, entre outras dimensões.

Embora esse espaço público idealizado nunca tenha existido, as evidências coletadas sobre a dinâmica da vida urbana na Salvador contemporânea demonstram claramente uma tendência de esvaziamento e restrição dos espaços públicos, ou seja, o aprofundamento de tendências antes esboçadas e a proliferação de novas lógicas de autosegregação e privatização. Isso é expresso principalmente pelo abandono e evitação cada vez mais comum dos espaços públicos. Tal processo se associa intimamente à crescente valorização dos espaços privados, que centralizam a experiência urbana de boa parte dos cidadãos.

Entretanto, mesmo com tal tendência, os usos dos espaços públicos conservam certa vitalidade e fazem parte das práticas de diversos grupos, expressando realidades distintas e bastante complexas. Os espaços públicos disponíveis em Salvador são heterogêneos entre si e por isso bastante desiguais, em termos de condições, usos e localização. Em seus usos mais

cotidianos esses espaços são segregados no sentido de que não logram produzir convivência entre diferentes grupos. Mas, apesar dessa característica mais geral, alguns espaços agregam usuários de perfis mais diversificados, em termos de classe, etnias e de práticas culturais. Em geral, são lugares simbolicamente relevantes e/ou se localizam em regiões mais centrais da cidade. Os espaços públicos são ainda utilizados em momentos rituais e festivos, como as festas tradicionais de largo e o carnaval, e também como lócus de mobilização e participação política. Assim, os espaços públicos não estão mortos, mas se caracterizam, como seria de se esperar pelas condições sócio-espaciais de uma cidade periférica, por seu caráter extremamente desigual, segregado e fragmentado.

Por fim, como demonstrou Harvey (2014), várias cidades ao redor do mundo têm se configurado também como lócus de manifestações, resistências e expressão de diversos grupos sociais. Variados movimentos urbanos têm buscado superar o isolamento, reconfigurando os espaços das cidades. Para o autor, o urbano tem funcionado como um espaço importante de ação política não apenas em resposta aos processos de mercantilização do espaço e destruição criativa (transformação dos espaços urbanos como meio de inversão de excedentes de capital), mas também devido às suas características ambientais, como a existência de importantes centralidades¹⁰ ou a sua importância na organização territorial da economia, entre outros aspectos. Para ele toda essa nova movimentação “[...] sugere que há algo de político no ar das cidades lutando para se expressar” (HARVEY, 201, p. 211).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: a complexidade dos espaços públicos nas cidades contemporâneas

As teses sobre o fim ou a restrição dos espaços públicos nas cidades contemporâneas são bastante interessantes e parecem captar características relevantes do atual modo de vida

¹⁰ “De que outra maneira e em que outros lugares podemos nos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas?” (HARVEY, 2014, p. 23).

urbano: a proliferação de enclaves fortificados, condomínios fechados, shopping centers, o crescimento do medo e da autossegregação, a rejeição ao outro e às diferenças, entre outras dimensões. Além disso, assumem quase sempre uma perspectiva crítica que, sem perder sua validade e profundidade científica, questionam politicamente as formas contemporâneas de produção e reprodução dos espaços urbanos.

Não obstante, algumas questões precisam ser lançadas a essas teses: a) a existência real de um espaço público verdadeiramente amplo em algum período histórico; b) a crítica ao foco das análises no comportamento dos grupos de renda média e alta; c) a complexidade e a diversidade existentes dentro da própria ideia de “espaços públicos”; d) a existência de tendências múltiplas e até contraditórias no que tange à situação dos espaços públicos em variados contextos urbanos; e) as transformações e deslocamentos observados nesses espaços nos últimos anos, o que obrigaria a pensar em outro modelo de espaço público e não no seu desaparecimento ou restrição; f) a validade dessas teses para contextos urbanos não centrais, como os países latino-americanos por exemplo e; g) o renascimento e/ou fortalecimento de múltiplos movimentos urbanos que se pautam na ocupação das ruas e espaços públicos de diversas cidades do globo (SALCEDO, 2002; RAMÍREZ-KURI, 2008, LEITE, 2008, ANDRADE E BAPTISTA, 2013, HARVEY, 2014).

Conforme apontou Fortuna (2002), a sociologia urbana tem falhado no entendimento da cidade contemporânea, porque suas fundamentações epistemológicas se baseiam nas ideias do tempo como linear e objetivo e do espaço como cartesiano e absoluto. Isso se expressa em compreensões binárias da realidade, tais como “cidade” e “não-cidade”, “público” e “privado”. Nesse aspecto, para o autor, a valorização da metáfora da hibridização é importante, porque enuncia o princípio da mobilidade dos elementos e da porosidade das fronteiras. Assim, autonomizam-se processos e mecanismos de intermediação e zonas de contato.

Tendo isso em mente, a análise dos diversos trabalhos citados ao longo desse artigo permite concluir que os espaços públicos das cidades contemporâneas são extremamente complexos e uma análise sobre eles deve se esforçar para incorporar as múltiplas dimensões que o caracterizam. Sem dúvidas, conforme apontou Ramírez-Kuri (2008), o espaço público é o lugar onde melhor se pode compreender as relações estabelecidas entre as pessoas e a cidade, assim como as formas de organização ou desintegração da vida comum. Eles são, portanto, um objeto relevante para se compreender as características da vida social contemporânea, o que sugere a necessidade de ampliação dos debates e a importância de reflexões e pesquisas empíricas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AMENDOLA, Giandomenico. 2000. *La ciudad Postmoderna: Magia e Miedo de la Metrópolis Contemporánea*. Madri: Celeste Ediciones.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. 2013. *Espaos públicos: interações, apropriações e conflitos*. IN: XXIX Congresso Latino-americano de Sociologia. Santiago do Chile.
- ARENDT, Hannah. 2008. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAUMAN, Zygmunt. 2009. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp.
- DAMMERT, Lucía. 2013. Santiago de Chile: Segregación y cotidianidad Del temor. IN: NOYOLA, Juan, DE MATTOS, Carlos A. De e ORELLANA, Arturo. *Urbanización en tiempos de crises: impactos, desafios y propuestas*. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile.
- DAVIS, Mike. 2009. *Cidade de Quartzos*. São Paulo: Boitempo.
- DUHAU, Emilio. 2001. Las metrópolis latinoamericanas em el siglo XXI: de la modernidad inconclusa a la crisis del espacio público. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 1, p. 41-68.
- FORTUNA, Carlos. 2002. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 123-148.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. 2008. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HABERMAS, Jürgen. 2003. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HARVEY, David. 2014. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

- LEFEBVRE, Henri. 2008. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- LEITE, Rogério Proença. 2009. Espaços Públicos na pós-modernidade. In: LEITE, Rogério Proença; FORTUNA, Carlos (org.). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra: CES/Almedina. pp. 187-204.
- MONGIN, Olivier. 2009. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade.
- NETTO, Vinicius. 2012. A urbanidade como devir do urbano. IN: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius (orgs.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem.
- PRADO JÚNIOR, Caio. 2008. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
- RAMÍREZ KURI, Patricia. 2008. La fragilidad del espacio público en la ciudad segregada. IN: CORDERA, Rolando; RAMÍREZ KURI, Patricia; ZICCARDI, Alicia. *Pobreza, Desigualdad y exclusión social en la ciudad del siglo XXI*. México: Siglo XXI, UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales.
- SALCEDO, Rodrigo Hansen. 2002. El espacio público en el debate actual: Una reflexión crítica sobre el urbanismo post-moderno. IN: *EURE* (Santiago) v.28 n.84 Santiago sep.
- SENNETT, Richard. 1988. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENNETT, Richard. 2018. *Construir e Habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record.
- SERPA, Angelo. 2007. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.
- WEBER, Max. 1979. Conceitos e categorias da cidade. IN: VELHO, Otavio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4º Ed, p. 68-89. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- WIRTH, Louis. 1979. Urbanismo como modo de vida. IN: VELHO, Otavio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4º Ed, p. 90-113. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

**THE PUBLIC SPACE (S) IN CAPITALIST CITY:
of the city that frees the decline of the public man?**

ABSTRACT

This article analyzes the uses of the public spaces in the contemporary urban life, discussing his current relevance and its ability to express diversity and produce subjectivities between the urbanites. This work sought to debate with the critical perspectives on contemporary public life, that have emerged since the mid-twentieth century expanding in the transition to the twenty-first century, trying to discuss the validity of the thesis that indicate the existence of a process of dilution / restriction of the public spaces. Thus, the present work runs through this discussion, contextualizing the pretended emergence of public space in modern cities and its process of dilution and restriction in contemporary cities. In the end, based on the existing literature and the results of a research carried out in Salvador, it points out the main criticisms of these theses.

KEYWORDS

Public space. Public sphere. Urban sociability. Privatization. Segregation.